

EDITAIS DE CONCURSOS FEDERAIS PARA ARQUIVISTAS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA E CERTAMES PÚBLICOS

*Josemar Henrique Melo
Universidade Estadual da Paraíba
josemarhenrique@gmail.com*

*Américo Augusto Nogueira Vieira
Universidade Federal do Paraná
americo_vieira@yahoo.com.br*

*Marcilio Toscano Franca Filho
Universidade Estadual da Paraíba
mfilho@tce.pb.gov.br.*

*Ademir Clemente
Universidade Estadual da Paraíba
ademir@ufpr.br.*

*Cleber Ferreira Silva
Universidade Estadual da Paraíba
kleberuepb@gmail.com.*

1 INTRODUÇÃO

A cada ano milhares de brasileiros concorrem a uma vaga de emprego na administração pública nos mais diversos editais de concursos a disposição no Brasil, seja em nível federal, estadual ou municipal. O concurso ou certame, como meio para efetivação do emprego público, passou a ser uma exigência após a aprovação da Constituição de 1988, de acordo com o inciso II do artigo 37, que estabeleceu (BRASIL, 1988): “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego”. Os concursos públicos como forma de seleção de servidores para a administração pública criaram um mercado que se encontra em crescente expansão com venda de apostilas, livros, cursos preparatórios, aulas particulares etc., movimentando aproximadamente R\$ 30 bilhões ao ano (FREIRE, et. al. 2012, p. 420).

A escolha do serviço público como ambiente de trabalho pode ser entendida a partir de fatores como salário, benefícios e maior grau de estabilidade (CASTELAR, et. al. 2010, p. 82). Neste contexto, profissionais das mais diversas áreas vêm sendo selecionados para o serviço público, dentre eles os profissionais arquivistas. Mesmo de maneira tímida (muitas vezes, apenas uma vaga por concurso) a disponibilização de vagas para a função de arquivista começa a ser mais frequente nas instituições federais do que nas estaduais e, ainda, numa escala bem menor nas municipais¹. Em levantamento realizado para os últimos anos, verificou-se uma média anual oscilando entre 20 e 30 vagas disponibilizadas, que são disputadas pelos egressos dos 16 cursos de Arquivologia espalhados pelo país.

1 Vale destacar que em alguns editais para o preenchimento de vagas para arquivistas o requisito mínimo de escolaridade é colocado, equivocadamente, para portadores de diplomas do ensino médio completo.

Observa-se, em relação aos concursos, um crescente interesse dos alunos de Arquivologia e dos profissionais arquivistas a uma vaga de emprego no setor público.

Processos seletivos como forma de escolha, de separação entre o que/quem incluir e o que/quem excluir sempre fez parte, formal ou informalmente, da vida em sociedade. Passamos por procedimentos seletivos em toda nossa vida escolar e também no acesso à vida profissional. Somos sempre avaliados, separados e classificados pelas nossas qualidades, experiências ou eventualmente desqualificados quando não conseguimos demonstrá-las ou não as temos. Garcia (2003, p. 30) descreve, de maneira sucinta, o início da história do processo seletivo/avaliativo “[...] pela burocracia chinesa, nos idos de 1200 a.C., para selecionar, entre sujeitos do sexo masculino, aqueles que seriam admitidos no serviço público”. De acordo com a autora, foram os exames orais nas primeiras universidades europeias que inauguram a verificação da aprendizagem nos moldes que ainda a praticamos.

Destarte, a avaliação escolar, como tema de estudo e pesquisa, tem sido debatida pela Pedagogia em âmbito nacional e internacional de maneira intensiva (GARCIA, 2003; ESTEBAN, 1997; BARRIGA, 1982), trazendo questões bivalentes tais como: os índices de aprovação e reprovação, o sucesso ou o fracasso escolar, abandono e repetência etc. Porém, percebe-se uma lacuna em relação a estudos sobre o processo seletivo/avaliativo dos concursos para efetivação de cargos públicos, principalmente sobre as provas que ocorrem na área da Arquivologia.

Num levantamento exaustivo realizado em bases de dados como Scielo, periódicos e banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foram encontrados poucos artigos sobre o

assunto e na maioria deles os concursos públicos são elementos secundários. No levantamento realizado verificou-se que em apenas dois artigos a questão ocupa lugar central (CASTELAR et al., 2010; FREIRE et al., 2012). Entretanto, em ambos os trabalhos a análise toma rumo diverso da que se desenvolve no presente artigo. Mencione-se, também, um único artigo em que o tema é concurso público para arquivistas (MASSON e SILVA, s.d. ²). Nele são analisadas as questões de provas de concursos públicos especificamente para Arquivologia, a partir da perspectiva sistêmica³.

Masson e Silva (s/d, p. 02) tiveram como objetivo:

[...] a síntese de conceitos, definições, terminologias, nomenclatura e metodologia de tratamento da informação em provas escritas objetivas proposta para seleção profissional, mediante concurso público, com objetivo de preenchimento de vaga de 'profissional de organização de arquivo' de uma instituição universitária do Estado de São Paulo.

A ideia fundamental dos autores acima citados era, a partir da linha pós-custodial da Arquivologia, analisar e perceber as inconsistências no processo de seleção em relação à real dimensão transdisciplinar e interdisciplinar que tem hoje a Arquivologia e a formação do perfil profissional do arquivista para a sociedade da informação e que não foram observadas na prova analisada pelos autores.

Nos outros dois artigos que se reportam aos concursos públicos como elemento central, notam-se diferenças nas formas de análise sobre o fenômeno. No artigo intitulado Uma análise

2 Disponível em: <http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/textostterminologia.htm>. Acesso em: 12 mai. 2014.

3 A perspectiva sistêmica para a Arquivologia foi criada por pesquisadores portugueses e está centrada numa metodologia holística e embasada na Teoria Sistêmica para compreender e estudar o fenômeno dos arquivos, trazendo para esta área do conhecimento um paradigma científico-informacional. Sobre este tema ver Silva, *et al.* (1999) e Silva e Ribeiro (2011).

nos determinantes de desempenho em concurso público, dos autores Ivan Castelar, Alexandre Weber Aragão Veloso, Roberto Tatiwa Ferreira e Ilton Soares (2010, p. 81), tem como objetivo identificar os fatores que levaram determinadas pessoas a serem aprovados em detrimento de outras. Um destaque nas conclusões dessa pesquisa é que há um: “[...] ciclo vicioso de concentração de renda, o que pode ser extremamente danoso para uma região pobre como o Nordeste do Brasil” (CASTELAR et. al., p. 81).

O segundo artigo de Fátima de Souza Freire, Thaise Corcino da Nóbrega, Matheus de Mendonça Marques e Ednei Moraes Pereira, intitulado *Um Estudo das Exigências Programáticas em Contabilidade Pública nos Concursos Públicos Organizados pelo CESPE (2012)*, tem como problematização entender de que forma o: “conteúdo proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para a área de Contabilidade Pública atende às exigências das provas de concursos públicos aplicadas aos profissionais da Contabilidade?” (FREIRE et al., p. 15). Tais autores não trabalharam unicamente com provas específicas para o cargo de contabilista, notando-se que os interesses prioritários foram sobre provas que exigiam conhecimentos dos candidatos sobre Contabilidade Pública⁴. Outro assunto importante abordado no artigo supramencionado diz respeito à relação das provas de concursos para contabilistas com os conteúdos propostos pelo Conselho Federal de Contabilidade para formação do profissional contabilista, levando-se em consideração a importância deste conselho na estruturação dos currículos universitários na sua área de conhecimento.

Denota-se, a partir do levantamento realizado, uma lacuna para a área de Arquivologia acerca de estudos sobre a relação

4 Contabilidade Pública é usualmente uma matéria de concursos onde não se exige, necessariamente, a formação de contabilista; podendo, por exemplo, ser para auditor fiscal da receita, admitindo-se formação em Direito, engenharias, entre outras.

entre a formação e os requisitos solicitados nos concursos públicos. Neste sentido, queremos destacar, não só a importância deste tipo de análise, mas, sobretudo, a necessidade de entender este universo e como ele se estrutura, e qual a dinâmica usada para elaboração destes exames sem, entretanto, transferir para as universidades que formam os arquivistas a necessidade de se amoldarem exclusivamente às provas dos concursos públicos. Caminhando neste entendimento, pontuamos, então, a importância e a justificativa do presente artigo sobre a relação entre o processo seletivo/avaliativo para escolha de profissionais arquivistas a partir dos certames públicos e a formação estabelecida no currículo do curso de Arquivologia da UEPB. Tal relação está instituída na Lei Federal 9.394 de 1996 sobre as diretrizes e bases da educação e sabemos também que esta relação é muito sutil e que deve ser levado em conta os interesses da formação e os requisitos da seleção. Além disso, destaca-se que os ingressantes no curso de Arquivologia da UEPB apresentam, de forma generalizada, o objetivo realizar concursos públicos ao graduar-se como profissional da área ⁵.

Assim, questionamo-nos acerca do relacionamento entre o perfil profissional proposto pelos cursos das instituições de ensino superior e os conteúdos lançados nas provas de concurso públicos. Os editais e as provas de concurso públicos são elaboradas para um perfil de profissional arquivista diferente dos formados pelas universidades? Qual ou quais são os principais autores utilizados na elaboração das provas? Quais as abordagens da Arquivologia privilegiadas? Quais temas solicitados são mais exigidos nos editais e nas provas

5 É interessante observar que, antes mesmo do curso de Arquivologia da UEPB formar sua primeira turma, já havia solicitações para adiantamento do curso, por parte de alguns alunos, tendo em vista aprovação em certames públicos. Esta prática teve que ser aprimorada por parte da coordenação do curso e da própria instituição em si, tendo em vista que não se havia apresentado, até aquele momento, tanta demanda para adiantamento do curso.

de concursos e como estes temas estão distribuídos? As provas de concursos públicos para seleção de arquivista são elaboradas também em consonância com os avanços que ocorrem nesta área do conhecimento? Enfim, qual a relação entre os conteúdos e a preparação feita nos cursos de Arquivologia e os temas solicitados nas provas para seleção de arquivistas do setor público?

Entretanto, é necessário pontuar que estudos e pesquisas acerca do ensino da Arquivologia⁶ estão em forte crescimento e sendo desenvolvidos em programas de pós-graduação, sem contar com os trabalhos apresentados a partir das experiências dos docentes na revisão dos currículos dos cursos de Arquivologia. Dentre eles destacamos artigos como: o da professora doutora da Universidade de Brasília (UNB) Katia Isabellí Melo de Souza intitulado “Panorama dos Cursos de Arquivologia no Brasil” (2013), que, além de fazer um histórico sobre a criação de cursos de Arquivologia no Brasil, pontua as disciplinas que marcaram os primeiros currículos e traz uma importante radiografia dos atuais 16 cursos espalhados pelo Brasil. Souza (2013) apresenta um artigo que aponta como deficitária a formação dos arquivistas em função das poucas experiências práticas desenvolvidas no decorrer do curso. Outro ponto destacado é a inexistência, em alguns cursos de Arquivologia, da obrigatoriedade de elaborar os trabalhos monográficos como requisito para receber o grau de bacharel, que, para a autora, dificulta e compromete a produção de novos conhecimentos.

Uma outra importante contribuição é o trabalho de Francine de Souza Carvalho Tanus e Carlos Alberto de Araújo

6 Destaca-se nos encontros bianuais das Reuniões Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) apresentações de trabalhos especificamente sobre o ensino da Arquivologia, sendo o momento de confluência e troca de informações relevantes sobre este tema.

intitulado Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência Acadêmico-Institucional (2013). Este trabalho é resultado de uma dissertação que analisou o cenário dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil, buscando identificar o nível de influência decorrente da vinculação acadêmico-institucional e a proximidade e/ou afastamento da Ciência da Informação.

Outro trabalho que analisa a formação em Arquivologia foi apresentado por Flávia Helena Oliveira e Renato Tarciso Barbosa de Sousa com o título: Uma proposta de Formação Mínima para os Cursos de Arquivologia das Universidades Brasileiras (2013). Estudando os currículos dos cursos de Arquivologia espalhados pelo Brasil, o trabalho dos autores evidencia a diferença entre os referidos cursos, identificando as interações com História, com a Administração, com a Tecnologia da Informação; ou mesmo o incentivo maior à pesquisa, enquanto outros sequer contemplam esta possibilidade.

A ideia de uma formação mínima harmonizada entre os cursos de Arquivologia no Brasil poderia minimizar as diferenças e assim facilitar a formação dos profissionais para enfrentarem os obstáculos do dia a dia, otimizando o diálogo entre os pesquisadores interessados no aprimoramento das grades curriculares de Arquivologia. Além disso, a harmonização como proposta para a área conta, desde a década de 1970 com apoio da UNESCO⁷ e do Conselho Internacional de Arquivo (CIA), existindo uma recomendação específica deste órgão para elaboração de programas aplicáveis em todos os países, mencionada no seu XII Congresso Internacional de 1992.

O projeto de pesquisa que deu origem a este artigo compreende duas partes: a análise dos editais, aqui apresentada, e a análise das provas dos concursos, que está em andamento.

7 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

O objetivo é promovermos a discussão do binômio formação - processo seleção de profissionais, entre os pares, para aclarar, com a profundidade e amplitude adequadas, as causas e as consequências das disparidades observadas em tal binômio. Acreditamos que o presente tema seja extremamente pertinente para uma reflexão entre docentes e pesquisadores da Arquivística.

2 METODOLOGIA DO TRABALHO

O trabalho aqui desenvolvido está delineado como uma pesquisa descritiva, que utiliza estatística descritiva (distribuições de frequências, gráficos etc.). Assim, trata-se de pesquisa quali-quantitativa baseada em um levantamento exaustivo de dados bibliográficos e documentais. Tal levantamento também subsidiará a continuidade da pesquisa, na realização do segundo módulo. Desta forma, a pesquisa baseou-se, num primeiro momento, nos editais para o cargo de arquivista de nível superior⁸ nos concursos públicos federais, tendo como corte cronológico os anos de 2001 a 2014. Para esta primeira etapa de trabalho foi realizado um levantamento no site de busca da Imprensa Nacional, mais especificamente na Secção III⁹ do Diário Oficial da União, principal veículo a lançar os editais no Brasil, tendo como termo básico de recuperação a palavra “arquivista”, pois foi o vocábulo que melhor conseguiu filtrar as informações para a presente pesquisa.

Foram levantados, entre os anos 2001 a 2014¹⁰, um total

8 A pesquisa foi realizada apenas nos concursos públicos para efetivação de cargos em instituições federais. Neste sentido, foi retirado os concursos estaduais e municipais.

9 A pesquisa foi realizada no site: <http://portal.in.gov.br>, tendo a palavra arquivista como o termo básico de pesquisa. O site de busca do Diário Oficial da União divide-se em 3 secções, sendo a última onde se publica os editais de concursos.

10 O estabelecimento de um corte cronológico para este tipo de pesquisa faz-se importante, tendo em vista delimitar o quantitativo de material a serem pesquisados. Neste

de 200 editais de concursos para arquivistas. Para esta pesquisa a fim, alcançarmos os objetivos propostos, dividimos o edital em três partes essenciais: i) descrição do cargo: nesta parte observamos qual o perfil é solicitado aos candidatos, tendo em vista as atribuições que deverão desenvolver; ii) Programa: neste item é pontuado os temas e assuntos que deverão ser exigidos no certame e, iii) a bibliografia: onde podemos verificar os principais autores específicos para aquele concurso. Porém, foi observado, no decorrer da pesquisa realizada no Diário Oficial que, em alguns casos os editais não apresentavam todos estes itens, como também percebemos a cópia do edital pelas instituições. Foi fundamental a análise de cada Diário Oficial para que tivéssemos uma ideia, não só do quantitativo de concursos existentes, como também qual instituição solicitava o profissional e quais aspectos do programa de Arquivologia poderiam estar formatados como questões para as provas.

É interessante novamente destacar que este trabalho priorizou os concursos públicos para contratação de profissionais arquivistas nas instituições federais. Não foram considerados, para a esta pesquisa os concursos para nível técnico e os cadastros de reservas, bem como os editais para contratação de serviços de arquivo (cargos não efetivos). Também não foram estudados os concursos realizados por instituições estaduais e municipais, tendo em vista a maior dificuldade em levantar as informações necessárias para o pleno desenvolvimento da pesquisa, o que não inviabiliza uma ampliação desta pesquisa para haver também um enquadramento dos processos seletivos/avaliativos nos estados e nos municípios.

A pesquisa que subsidiou o presente trabalho foi

caso e de acordo com o levantamento realizado no site do Diário Oficial em particular, definimos os anos de 2001 como sendo o primeiro ano do novo século a apresentar um concurso público para preenchimento de vaga em Arquivologia e fechamos a nossa análise em 2014 com os últimos concursos para a área a ser analisada.

desenvolvida por pesquisadores na área da Arquivologia e também por pesquisadores de outras áreas, voltados para “diálogos” entre Direito, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação¹¹.

3 UMA RADIOGRAFIA DOS EDITAIS PARA ARQUIVISTAS

No levantamento realizado identificamos 200 (duzentos) editais publicados¹² por entidades federais, tais como: universidades federais, institutos federais de educação tecnológica, ministérios etc. Numa primeira apreciação, notamos que as instituições que mais abriram concursos neste período foram as de ensino, perfazendo um total de 153 concursos públicos.

No Quadro 1, a seguir, demonstrou-se o número de concursos federais para arquivistas de nível superior realizados no Brasil no interstício de 2001 a 2014. Aponta-se a espécie de informação aposta no Diário Oficial da União em todo o período. Denominamos “Publicações com informações sucintas sobre o certame” a espécie de publicação que fornece: os dados básicos do Edital (órgão público, número do edital, data de publicação e eventualmente outras informações, tais como: atribuições do cargo e/ou número de vagas do concurso e/ou vencimentos básicos e/ou data do concurso etc.). Denominamos “Publicações com informações sucintas e com o programa do certame” a espécie de publicação que fornece, além do que é fornecido na espécie anterior, o programa contendo os tópicos que poderão ser exigidos no concurso. Denominamos “Publicações com informações, programa e bibliografia” a espécie de publicação que fornece os elementos constantes na espécie anterior e,

11 Parte da equipe é formada por pesquisadores em nível de pós-doutorado na UFPB (supervisor e supervisionado) que vieram a somar esforços com outros pesquisadores, incluindo-se alguns da Ciência Arquivística da UEPB.

12 Nesta pesquisa estamos contabilizando os concursos realizados e não as vagas que variavam de acordo com os concursos.

adicionalmente, a bibliografia do concurso¹³. A última espécie, “Publicações somente com a identificação do órgão, número do edital e data da publicação”, fornece somente as informações apostas na nomeação da espécie.

Quadro 1: Distribuição de frequência dos concursos federais para arquivistas segundo espécies de editais

Informações de Editais no Diário Oficial da União	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Publicações com informações sucintas sobre o certame	0	0	0	3	0	2	1	8	10	3	4	2	0	4	37
Publicações com informações sucintas e com o programa do certame	1	0	2	4	2	6	2	11	7	8	3	5	19	13	83
Publicações com informações, programa e bibliografia	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	6
Publicações somente com o órgão, número do Edital e data de publicação	0	1	2	1	5	6	2	21	8	5	4	5	8	6	74
Total de certames	1	1	4	8	7	15	5	41	26	16	11	13	28	24	200

Fonte: Elaborado pelos autores (2015)¹⁴.

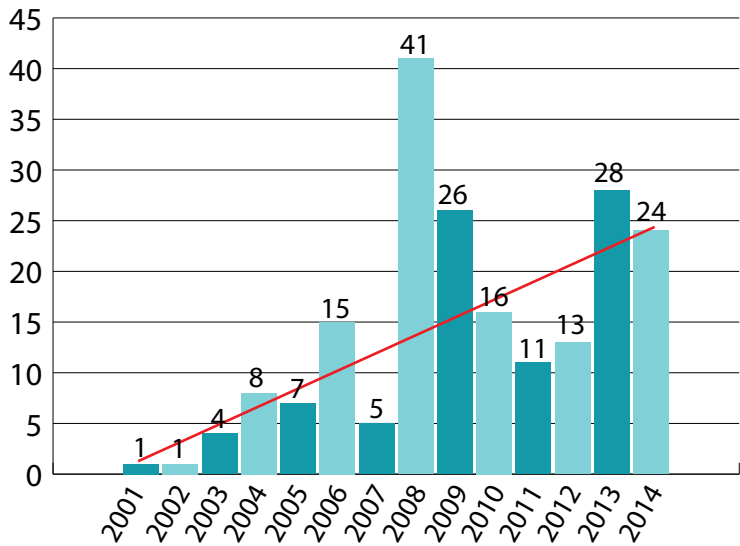
Apesar de haverem grandes oscilações na quantidade de concursos nos anos pesquisados, verifica-se que houve um crescimento expressivo, o que se pode ser observado no Gráfico 1, a seguir¹⁵.

13 Tal distinção é relevante não só para a análise de informações em pesquisa como aqui se expõe, como também para a preparação do candidato e o esclarecimento de dúvidas em caso de recurso judicial contra resultados de questões, dado que o concurso seria baseado naquela específica bibliografia e, portanto, bastante comum é o entendimento de que a bibliografia é que apontaria as respostas necessárias ao certame público.

14 Baseado em levantamento feito diretamente nos diários oficiais da União no período de 2001 a 2014.

15 Caso traçássemos um histograma e um polígono de frequência (imagine ligar os “picos” das colunas com segmentos de reta), a área “sob os anos finais” seria bem maior que sob os anos iniciais.

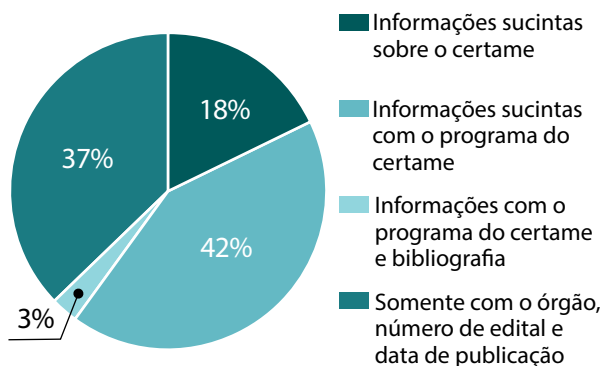
Gráfico 1: Evolução do Número de Concursos (2001-2014)



Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Os editais pesquisados no Diário Oficial da União, no período 2001 a 2014, demonstram que ainda não há nenhuma padronização de informações a serem apostas em editais publicados no Diário Oficial da União, porém há muita repetição, ou seja, várias instituições replicam os editais de outras. Isso estaria a indicar falta de preparo e conhecimento especializado, por parte desses órgãos, para uma clara definição do profissional que se deseja contratar. Assim, são bastante variados os tipos de informações colocadas e que aqui inicialmente dividimos nas quatro categorias representadas no Gráfico 2, a seguir, que mostra os percentuais acumulados do período investigado.

Gráfico 2: Espécies de Informações Contidas nos Editais de Concursos Federais de Arquivologia (2001-2014)



Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Com relação às atribuições dos cargos para arquivistas obtidos nos editais aqui pesquisados, verifica-se que há, ainda grande desconhecimento das atividades dos profissionais arquivistas, por parte das instituições que elaboram os editais. No levantamento feito, consoante a distribuição de frequência realizada, verificou-se que nos 200 editais pesquisados havia um percentual elevado de ausência de descrição do cargo, totalizando 77 editais. Ocorreram 6 editais com apenas uma descrição mínima, sumária do cargo, como “Planejar, organizar e dirigir os serviços de arquivo e acompanhar os processos documental e informativo”. Constata-se, portanto, que cerca de 40% dos editais não apresentavam descrição do cargo ou apresentavam descrição padronizada. Alguns editais apresentavam descrição ampla do cargo, como mostra o exemplo (BRASIL, 2005):

Realizar atividades de planejamento, organização, e direção de serviços arquivo; planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais

e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; orientação da avaliação e seleção de documentos para fins de preservação; promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; desenvolvimento de estudos a respeito de documentos.

Nota-se que houve neste caso uma transcrição parcial do quanto prevê a Lei 6.546 de 1978, que regulamenta a profissão do arquivista. Outros exemplos de descrição ampla foram encontrados, mas não podemos aqui apresentá-los devido à restrição de espaço. Outros editais apresentam um pouco mais completa a descrição do perfil, mas, mesmo assim, ainda de maneira sucinta, a exemplo (BRASIL, 2006): “Realizar atividades de planejamento, organização e controle de documentos compreendendo identificação, tramitação, referenciamento, conservação e proteção; elaboração de pareceres técnicos, gestão e alimentação de sistema informatizado de informação e desenvolvimento de ações de inventário”.

Importante destacar terem sido encontrados 88 editais que ultrapassavam as atribuições típicas da formação de arquivista e, por exemplo, incluíam nas descrições do cargo atividades de museólogos (exemplo: “(...) criar projetos de museus e exposições (...) Participar da política de criação e implantação de museus e instituições arquivística”), ainda que próximas da Arquivologia, não fazem parte do escopo de funções reais dos arquivistas e de sua formação na graduação. O que mais chama a atenção para este dado

é a incidência deste tipo de edital, ocorrendo até o ano passado¹⁶. Verifica-se neste aspecto que o mercado ainda não separou as funções específicas de cada profissional da informação, havendo confusões referentes às atividades de arquivista, bibliotecário e museólogo. É necessário entender o que separa cada uma destas áreas e ao mesmo tempo a confluência e o diálogo entre elas, como bem apresenta Araújo (2014, p. 6):

Ao longo deste processo [histórico], essas três áreas acabaram se tornando as ciências dos acervos, das instituições que os custodiam e das técnicas de seu processamento. Tal configuração fortaleceu a separação entre elas como campos disciplinares, separação essa acirrada pela atuação das associações profissionais nascidas entre o final do século XIX e o início do século XX.

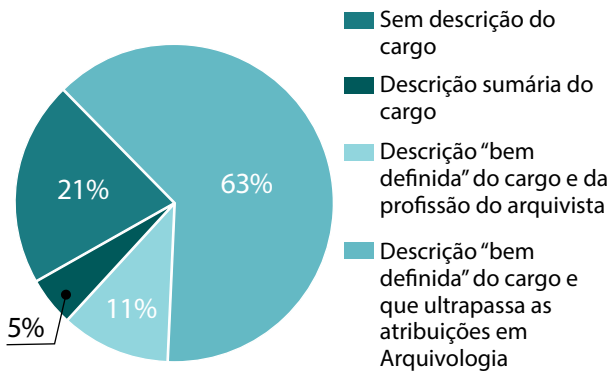
Outro ponto a ser destacado é a quase inexistência, nas descrições do cargo, de requisitos específicos para o profissional arquivista, referentes aos documentos digitais. Neste aspecto percebemos que subsiste uma visão mais arcaica dos arquivistas, pois não se tem um entendimento que, atualmente, a informação arquivística pode estar em diversas mídias e que independentemente do suporte ela passa necessariamente por todas as etapas da gestão e do armazenamento documental, participando também do trabalho do arquivista, sendo um elemento que vem ganhando destaque nas grades curriculares¹⁷ dos cursos com um aumento no número de disciplinas voltadas para a automação dos arquivos e o significado conceitual da utilização de softwares e hardwares

16 No levantamento realizado identificamos: a partir de 2006 foi apenas 1 edital dos 15 realizados apresentando atribuição de museólogo, porém este número aumenta, em 2008 foram 18 editais dos 41; em 2009 foram 12 dos 26 editais; em 2010 foram 13 dos 16 editais; em 2011, foram 5 dos 11 editais, em 2012 foram 6 dos 13 editais; em 2013, foram 15 dos 28 editais e, finalmente, em 2014 foram 12 de 24 editais.

17 O curso de Arquivologia da UEPB tem três disciplinas que se referem a este tópico: Tecnologia da Informação 1, Tecnologia da Informação 2 e Documentos digitais, onde é apresentado a confluência do instrumental tecnológico com os elementos da Arquivologia.

na produção, tramitação e armazenamento da informação agora em suporte digital. No Gráfico 3 mostra-se a distribuição de frequência das descrições de cargo.

Gráfico 3: Espécies de descrições do cargo contidas nos editais Federais para Arquivistas (2001-2014)

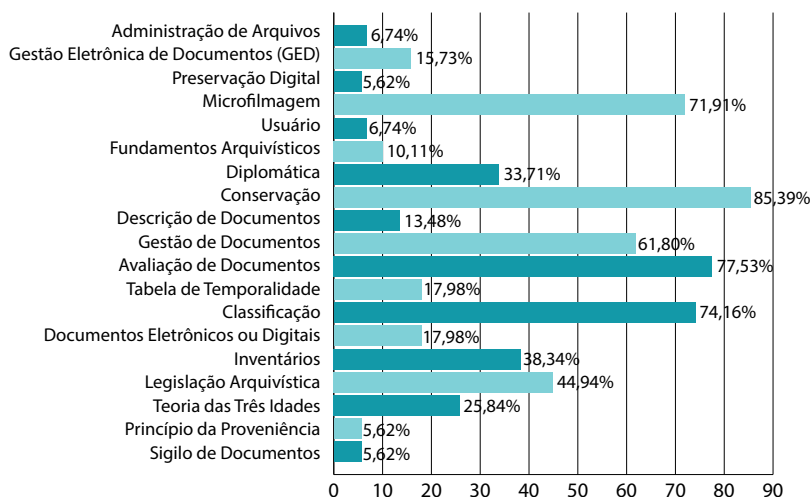


Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

O Gráfico 4, a seguir, mostra outro ponto levantado e diz respeito aos temas (ou tópicos) exigidos nos programas apostos nestes editais federais pesquisados. Notório que temas que possuem percentuais mais elevados dependem, na maioria das vezes, de outros temas ensinados previamente. Entretanto, tal levantamento, além de indicar uma “visão patrimonialista¹⁸” nestes certames públicos, evidencia que certos assuntos são pedidos com maior frequência, ainda que uma perfeita inferência acerca da relevância dos temas destes editais deva ser cotejada também com os percentuais de questões efetivamente cobradas nestes concursos (o que virá a ser uma etapa futura desta pesquisa ainda em andamento).

18 Observa-se a quantidade de referências às palavras “microfilmagem” e “conservação”.

Gráfico 4: Frequências dos assuntos exigidos nos 89 editais federais com programa



Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

De qualquer forma, verifica-se que os cinco tópicos mais exigidos nos programas específicos para concursos de arquivistas são (ordem decrescente): conservação, avaliação de documentos, classificação, microfilmagem e, finalmente, gestão de documentos. A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) conta somente com duas disciplinas obrigatórias relacionadas à “conservação”¹⁹. Neste sentido, verifica-se a necessidade de incremento no número dessas disciplinas, possivelmente com a oferta de disciplinas eletivas, não obstante a dificuldade de se encontrar professores especialistas em conservação. No tópico de “avaliação de documentos”, a UEPB possui uma única disciplina voltada ao tema e em “classificação de documentos”²⁰, tal tópico é ministrado dentro de uma disciplina. Possivelmente seria interessante criar-se uma disciplina prática envolvendo

19 “Preservação e Conservação de Acervos Documentais” e “Políticas de Preservação e Conservação de Acervos Documentais”.

20 “Avaliação e Seleção de Documentos”.

“avaliação” e “classificação” de documentos como forma de otimizar os aprendizados desses tópicos na graduação. O tópico “gestão documental” possui atualmente duas disciplinas na UEPB²¹.

Nota-se claramente que as funções arquivísticas ligadas a gestão de documentos como a classificação e a avaliação estão bem representadas nos programas dos editais e são requisitos necessários e já conhecidos e trabalhados no universo da formação profissional. Porém, a Arquivologia hoje deve ser ensinada com vieses mais amplos do que o observado nos editais dos certames públicos analisados neste trabalho. O avanço das tecnologias da informação fez com que o curso ampliasse no sentido de apresentar ao ingressante de Arquivologia novas disciplinas na área de documento digital, porém o que podemos observar nos tópicos do Gráfico 4 é a pouca incidência de termos referentes (documentos digitais, preservação digital e gestão eletrônica de documentos) a este novo ambiente.

No que se refere às referências bibliográficas (neste item foi levantados na pesquisa tanto os livros como os artigos) apostas nos editais dos concursos públicos a maioria, 76 das obras listadas são da área de Arquivologia, com 5 livros na área da Ciência da Informação²² e apenas 2 obras de outras áreas. Neste sentido os autores da Arquivologia mais referenciados para os concursos foram: como autor institucionais o Arquivo

21 Gestão Documental I e Gestão Documental II são os nomes das disciplinas na UEPB. A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), por exemplo, possui como disciplinas obrigatórias nesse tema as disciplinas “Gestão da Informação Arquivística” e “Gestão de Documentos Arquivísticos” (disponível em: <file:///C:/Users/M%C3%A3e/Downloads/Proposta%20Matriz%20Arquivologia%20versao%202013%20(1).pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014), portanto, na mesma quantidade de disciplinas que a UEPB. Por outro lado, a Universidade de Brasília (UNB) dedica três disciplinas à gestão documental: Arquivo Corrente 1, Arquivo Corrente 2 e Arquivo Intermediário (disponível em: <https://condoc.unb.br/matriculaweb/graduacao/curriculo.aspx?cod=8192>. Acesso em: 15 abr. 2014). Assim, verifica-se que outras instituições entendem que é necessário maior aporte de tempo para o aprendizado da gestão documental.

22 Foi apenas em um único edital que constatamos referência à Ciência da Informação.

Nacional com 26 títulos e a Associação Brasileira de Normas Técnicas com 5 referências, depois Heloísa Liberalli Bellotto com 11 obras, em seguida temos Luís Carlos Lopes com 8, Theodore Schellenberg com 6, Marilena Leite Paes com 5, Rosely Rondinelli com 5, José Maria Jardim com 4 e os demais autores variando com 1 ou 2 referências às suas obras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a formação de profissionais efetuada pelas universidades e o mercado de trabalho mantém entre si uma linha muito tênue, tendo em vista que uma não pode se sobrepor a outra estão interligadas indelevelmente. Neste sentido, é necessário conhecer como o mercado está selecionando e requisitando os novos profissionais, principalmente a partir dos certames públicos, fonte primeira de demanda dos alunos ingressantes do curso de Arquivologia. Um trabalho deste porte busca também incentivar este tipo de discussão entre os pares, pois é importante que os requisitos para o mercado de trabalho e a formação estejam em consonância.

Fazendo-se uma comparação ousada, quando os vestibulares federais (e hoje o atual sistema ENEN/SISU) seguem uma certa linha de tópicos, realizam certos tipos de perguntas, alçam-se em um determinado nível de dificuldade, então, mesmo que não se deem conta disso, estão estabelecendo uma política pública de educação/formação²³. Assim, quando os certames públicos federais privilegiam certos assuntos em detrimento

23 A partir do momento que não mais se exigiu o Cálculo Diferencial e Integral nos exames vestibulares (ficou quase que exclusivamente mantido somente nos exames admissionais do Instituto Militar de Engenharia – IME e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA), o assunto quase que desapareceu do Ensino Médio (ou de seu equivalente anterior, o 2º Grau). Desta forma, há uma forte relação entre o curso que se realiza e o os motivos pelos quais se realiza. Apesar do Ensino Médio não ser realizado somente com vistas ao ingresso no Ensino Superior, entretanto, o que se pede nos exames vestibulares acaba por nortear toda a rede nacional de ensino.

de outros, escolhem mais enfaticamente certos autores, entre outras especificidades, estão a apontar uma tendência ou mesmo política pública para a área de conhecimento²⁴.

Não obstante o acima apontado, há uma diferença muito grande entre as práticas de ensino-aprendizagem ao nível de Ensino Médio e o que se pretende realizar em uma universidade. Nas universidades, além da preparação para o trabalho, há um norte educacional que é o desenvolvimento dos conhecimentos de cada área específica. No caso da Arquivologia, área notadamente multidisciplinar, não pode esta se deter somente naquilo que os certames públicos (sejam estes federais, estaduais ou municipais) apontem como necessário ao exercício profissional. Devem as graduações e pós-graduações voltadas para a formação em Arquivologia pensarem e realizarem novas inserções não previstas com objetivo do desenvolvimento da Arquivologia enquanto ciência e como técnica. À guisa de exemplo, vejamos o que ainda não é cotejado nos concursos públicos. Não há notícias de que tópicos de Arquivologia sejam cotejados mais detidamente com conhecimentos jurídicos, pois, em geral, o Direito é cobrado à parte. Entretanto, em nível de mero exemplo, vejamos uma questão fictícia:

Figura 6: Questão fictícia envolvendo Direito e Arquivologia

Com relação aos produtores e recebedores de documentação arquivística pode-se afirmar:

- a) Somente pessoas físicas;
- b) Somente pessoas jurídicas;
- c) Somente pessoas físicas ou jurídicas;
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

24 Há ainda de se destacar que pode estar a ocorrer nestes editais o que se denomina “recorte e cole”. Isto é, que um edital esteja apenas, para efeito de diminuição do trabalho para quem prepara o concurso, copiando integralmente, parcialmente ou, realizando algumas adaptações nos programas, do que já foi cobrado em outro certame.

Em face da definição aposta no Dicionário de Terminologia Arquivística das autoras Camargo et al. (2010, p. 21)²⁵, a resposta clássica a pergunta seria a letra “c”. Entretanto, condomínios edilícios e a massa falida, por exemplo, não são pessoas físicas e não são pessoas jurídicas e, entretanto, produzem e recebem documentos de arquivo e, conseqüentemente, a resposta sob o ponto de vista jurídico seria a letra “d”. Questão complexa seria quando houvesse aposta as referências bibliográficas no edital, pois então haveria duas teses jurídicas possíveis: (i) adotar o que está apostado nas referências ou; (ii) adotar aquilo que todo jurista sabe: que condomínios edilícios e a massa falida, por exemplos, não são pessoas físicas e não são pessoas jurídicas e, entretanto, geram e recebem documentos arquivísticos dos mais variados tipos.

Assim, não pode a Arquivologia, enquanto ciência prender-se apenas ao que é hodiernamente cobrado em concursos públicos. Há um intenso “diálogo” entre a Arquivologia e o Direito²⁶, seja nas questões conceituais, seja em outras questões como, por exemplo, na gestão documental. Nesta última, não somente a legislação federal deverá ser colocada para os estudantes, pois nas administrações públicas estaduais e municipais as regras de prazos de tramitação documental são, na maioria das vezes, diferentes das do nível federal. Daí, a ênfase em se pensar o Direito quase somente na confecção de

25 No *Dicionário de Terminologia Arquivística* das autoras Camargo et al. (2010, p. 21) está apostado o seguinte: “Arquivo de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”. Várias questões conceituais sobre Teoria Arquivística estão sendo pesquisadas pelos autores do presente trabalho em outros trabalhos interdisciplinares envolvendo Ciência da Informação e Direito. Finalmente, relevante dizer que apesar de estarmos refutando os autores do *Dicionário de Terminologia Arquivística* com nosso exemplo de “ficção de questão de concurso” apresentado, estes autores apresentam grande contribuição para Arquivologia e que refutações significam oportunidades de aprimoramento para aquele dicionário.

26 Como também com outras áreas de conhecimento tais como a Administração, a Engenharia de Produção, a Tecnologia da Informação, etc.

“tabelas de temporalidade” são facilmente superadas e avança-se para outros pontos onde a Arquivologia é fundamental para as várias administrações públicas, viabilizando-se eficiência, transparência, moralidade pública, respeito aos administrados e demais interessados em processos administrativos, e muitos outros pontos de intensa conexão entre esses dois saberes: a Arquivologia e o Direito.

Desta forma, estudar os meandros dos concursos públicos faz-se extremamente necessário, mas entendemos que não poderá se tornar a fonte exclusiva de norteamiento do desenvolvimento e da aposição de disciplinas nas grades curriculares em Arquivologia.

Assim, nossa análise parcial, tendo em vista que estamos em processo de pesquisa, denota que os certames públicos ainda estão bastante afastados das discussões mais técnicas que ocorrem nas universidades. Devemos sim atentar para o que se está sendo cobrado nos concursos, entretanto, sem nos deixar levar por uma pretensa pragmaticidade que possa ser nociva ao desenvolvimento geral do conhecimento arquivístico. Devemos procurar renovar e atualizar nossas fontes de informação teórica e, se possível, engendrar grupos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em rede, pelo país e pelo exterior, com vistas ao desenvolvimento de artigos, métodos de trabalho²⁷ e, sobretudo, de livros didáticos em Arquivologia²⁸, o que entendemos que a área sofre de grande carência quando comparada como outras áreas do conhecimento.

Finalmente, é importante enfatizar que, apesar da enorme e incontestável contribuição dos autores citados nas bibliografias encontradas nos editais aqui pesquisados, os

27 Entre outros conhecimentos e produtos que podem ser desenvolvidos por pesquisadores em Arquivologia.

28 Que virão a ser, com o tempo, a bibliografia indicada em novos concursos públicos.

docentes e pesquisadores da Arquivologia devem aumentar o número de publicações na área, não só para disseminação da informação das pesquisas desenvolvidas, mas para que os conhecimentos construídos extravasem os muros das universidades, incorporando-se ao afazer arquivístico nas organizações e também possam ser acrescidos às bibliografias dos certames públicos. Por outro lado, as instituições que elaboram os editais devem começar a conhecer mais as funções dos profissionais da área e ampliarem suas bibliografias com as novas perspectivas da Arquivologia. Pois, as obras citadas nos editais, mesmo sendo consideradas como “obras clássicas em Arquivologia”, necessitam de novos olhares, acréscimos e novas contribuições que ajudarão na (re)definição dos perfis dos profissionais arquivistas nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos; São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação. 2014.

BARRIGA, Ángel Díaz. Tesis para una teoría de la evaluación y sus derivaciones em la docência. In: PERFIS EDUCATIVOS, México: UNAM, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 14 jan. 2015.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Portal da Imprensa Nacional. Base de pesquisa dos diários oficiais da União. Disponível em: <<http://portal.in.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

BRASIL. Fundação Alexandre de Gusmão. Edital no 01. Diário Oficial da União Seção 3, n. 165, Brasília, DF, 26 ago. 2005. p. 64-67. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/08/2005&jornal=3&pagina=64&totalArquivos=152>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL. CEFET-RJ. Edital no 1. Diário Oficial da União Seção 3, n. 14, Brasília, DF, 26 ago. 2006. p. 14-16. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/01/2006&jornal=3&pagina=14&totalArquivos=104>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida Camargo et al. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010.

CASTELAR, Ivan et al. Uma Análise dos Determinantes de Desempenho em Concursos Públicos. Economia Aplicada, Ribeirão Preto v. 14, n. 1, p. 81-98, mar. 2010.

ESTEBAN, Maria Teresa. La reconstrucción del saber docente sobre la teoria y la practica de la evaluación. Tese de Doutoramento. Universidad de Santiago de Compostela: Espanha, 1997.

FREIRE, Fátima de Souza et al. Um estudo das exigências programáticas em Contabilidade Pública nos Concursos Públicos Organizados pelo CESPE. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília v. 6, n. 4, p. 419-433, out/dez. 2012.

GARCIA, Reina Leite. A Avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Avaliação uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&T, 2003.

MASSON, Silvia Mendes, SILVA, Armando Malheiro da. Documento e/ou Informação? Arquivista e/ou Cientista da Informação? Reflexões sobre a síntese da terminologia e de conceitos teórico-metodológicos na prática Arquivística que exigem a adoção de novos paradigmas. Disponível em: <<http://www.ccje.ufes>.

br/arquivologia/deltci/textos/documento_e_ou_informacao_Masson&Malheiro.pdf >. Acessado em: 2 abr. 2015.

OLIVEIRA, Flávia Helena; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras. In: PERFIL, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013. No prelo.

SOUZA, Kátia Isabellí Melo. Panorama dos Cursos de Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. Novas Dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Rio de Janeiro. 2013.

TANUS, Gabrielli Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Formação me Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional. In: PERFIL, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2014 No prelo.